

Câmara Municipal de Mêda

Ata número dez

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada
no dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e três

Aos vinte e cinco dias do mês de maio ano de dois mil e vinte e três, nesta Cidade de Mêda, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Dr. João Germano Mourato Leal Pinto, estando presentes os vereadores: -----
António César Valente Figueiredo (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”)-----
Carla Sofia Silva Sequeira (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”)-----
Anselmo Antunes de Sousa (Partido Socialista)-----
Júlio Fernando Amado Félix (Partido Socialista)-----
Secretariou a Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Susana Silva.-----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos:-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (PAOD): Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (POD):** Situação Financeira – conhecimento; Ata n.º 07 de 12 de abril de 2023; **PONTO 1.** 9ª Alteração às Grandes Opções do Plano; **PONTO 2.** 10ª Alteração às Grandes Opções do Plano; **PONTO 3.** PROPOSTA N.º 27/2023 – Apoio financeiro ao Moto clube de Mêda para realização do evento “Pequeno Almoço Motard”; **PONTO 4.** PROPOSTA N.º 28/2023 – Procedimento de contratação de empréstimo para o financiamento de construção do Parque de Inovação, Valorização e promoção de Produtos Endógenos; **PONTO 5.** Proposta para parecer prévio favorável – ratificar, referente à proposta para parecer prévio favorável – aquisição de serviços para o desempenho de funções equiparadas às de assistente operacional (na área de cozinha), em regime de avença – 24-AD/2023; **PONTO 6.** Normas de funcionamento da 2ª feira das atividades do Mundo Rural; **PONTO 7.** Auto n.º 16 da empreitada de requalificação e valorização do castelo de Longroiva; **PONTO 8.** Auto n.º 17 da empreitada de requalificação e valorização do castelo de Longroiva.-----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e cinquenta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e três de maio de dois mil e vinte e três.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:--

INTERVENÇÕES:-----

DO PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

Iniciada a reunião, usou da palavra o Presidente da Câmara, João Mourato, tendo começado por cumprimentar os membros do órgão executivo municipal presentes.-----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo municipal que os últimos quinze dias foram dias de muita atividade. Para além viagem a Saint-Chéron – França, a convite do Rancho Folclórico de Mêda, esteve presente numa reunião, em Vilar Formoso, no âmbito da preparação do V Grande Prémio de Ciclismo. Uma das etapas passará pela Mêda na próxima sexta feira, para o próximo ano, a final da prova será na Mêda.-----

Deu nota das últimas reuniões que decorreram na CIM-BSE, das quais salientou a temática do transporte a pedido. Acrescentou que apesar de ainda não existe uma definição sobre a orientação global, a Câmara Municipal do Fundão já dispõe do transporte a pedido.-----

No que diz respeito aos transportes flexíveis, informou que a câmara está a trabalhar no sentido de promover o transporte do Pocinho - Foz Côa - Mêda - Trancoso e Guarda. Na sua opinião também seria benéfico ter um transporte que fizesse a ligação entre a Mêda e Penedono, uma vez que dali saem transportes para Viseu, Coimbra e Lisboa.-----

De seguida deu nota dos projetos que estão a decorrer. Em termos da eficiência energética, vai ser feita a requalificação de alguns equipamentos como a Casa da Cultura, Piscinas, Arquivo e Museu.-----

O projeto da Casa dos Abreus já se encontra na fase final, tal como a estrada Cancelos – Santo Amaro.-----

Prosseguiu dando nota que estão a decorrer reuniões entre a CIM-BSE e os municípios que a compõe sobre a distribuição de fundos. Neste sentido disse que se posicionará contra a distribuição feita apenas tendo em conta o FEF de cada município. Aquando da discussão deixará em ata a sua posição.-----

Passou a dar nota da agenda de atividades para o mês de junho. Dia 10 de junho, pelas 16h, no Estádio Dr. Augusto César de Carvalho, a 1ª Taça de Geminação Mêda –

Cantanhede, entre o S.C. Mêda VS U.D. Tocha. Antes do início do jogo haverá uma cerimónia de entrega das faixas de Campeão da 2ª Divisão Distrital da Guarda, Liga Copialta ao Sporting Clube de Mêda.-----

Dia 15 haverá a abertura da época balnear.-----

De seguida informou que no dia de hoje, está a ser feito o reenvio do arquivo judicial enviado para o Sabugal aquando do encerramento do tribunal da Mêda.-----

No próximo domingo vai decorrer mais um Mercadinho da Terra.-----

Está também a decorrer um processo de negociação entre o município e a Comissão Fabriqueira, para a aquisição de terrenos para alargamento do heliporto.-----

DO VEREADOR ANSELMO SOUSA: -----

O **sr. vereador Anselmo Sousa**, referindo-se à empreitada de movimento de terras para nivelamento e modelação de lotes da Área de Acolhimento Empresarial, disse ter tomado conhecimento da reclamação por parte de um concorrente, e como já não é a primeira vez que isto acontece, solicitou informação quanto ao ponto de situação do processo, mostrando-se preocupado quanto a esta situação porque como é do conhecimento de todos, é algo que pode causar constrangimentos em termos de financiamento e de desenvolvimento da obra.-----

De seguida questionou se já estão resolvidas com a empresa NATURA as questões relacionadas com o PT, o furo, o estacionamento, etc., condições necessárias à reabertura do polo termal de Longroiva.-----

O **sr. vice-presidente César Figueiredo** relativamente à Área de Acolhimento Empresarial, disse ser verdade que foi apresentada uma reclamação por parte de um concorrente, mas desconhece que venha a ser instaurada uma providência cautelar.----

Quanto às questões colocadas pelo sr. vereador sobre o polo termal, informou que serão colocados dois pontos de luz, um que servirá o hotel termal e um outro que servirá o polo termal. Serão colocados contadores separados para a água e para o gás, e vai ser apresentada uma proposta à DGEG para desafetação da área envolvente do furo.-----

Concluiu dizendo que o processo está a seguir a tramitação normal, existindo convergência de ambas as partes para a resolução dos mesmos.-----

DO VEREADOR JÚLIO FÉLIX:-----

O sr. vereador **Júlio Félix** começou por abordar uma questão que lhe foi colocada ontem à noite. Referiu que a população anda a fazer perguntas que são básicas sobre o seu território, e nessa linha, também ele gostaria de saber por que é que os espaços públicos não estão a ser regados.-----

Citando o espaço em frente ao tribunal, deu nota de uma palmeira completamente seca, tendo a esse propósito ficado a saber por um colaborador da autarquia que não era regada. Um outro exemplo, do qual também tem fotografias, é o espaço junto à Casa da Cultura, um espaço composto por duas ou três plantas completamente secas.-

O sr. vereador solicitou que ficasse a constar em ata que esta situação reflete bem o desleixo e a falta de cuidado de quem gere o município. Declarou que está é uma situação que nem a cidade nem os medenses, merecem. Anotou que os espaços dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa e de São João da Pesqueira – concelhos também abastecidos pela barragem de Ranhados – têm os seus espaços e rotundas, verdinhos, situação que contraste com os espaços da Mêda.-----

A este propósito trouxe igualmente à colação o espaço envolvente à designada “Casa dos Magistrados”, que está cheio de erva.-----

Reforçou que isto demonstra bem o desleixo e a falta de cuidado de quem gere o município, mostrando-se triste por ver a sua cidade completamente abandonada, pelo menos a este nível.-----

Referindo-se à reunião de câmara de 27 de outubro de 2021, onde colocou várias questões sobre os caminhos rurais, o sr. vereador disse que, nessa altura, lhe foi dito pelo sr. vice-presidente que estava a ser feito um levantamento das necessidades. Assim, solicitou informação sobre se já foi feito o levantamento, se sim, solicitou que lhe fosse feito chegar uma cópia do mesmo, e também gostava de saber quais os critérios que foram definidos em termos de hierarquização, uma vez que já decorreu um ano e sete meses desde que colocou esta questão e não há qualquer evolução visível.-----

No que tange ao evento Marialva Medieval – 2023, começou por dizer que apesar de desconhecer o objetivo concreto do evento, depreende que, à semelhança do que acontecia anteriormente, o mesmo tenha como principal finalidade atrair visitantes ao concelho. Neste sentido disse não compreender como é que o executivo pretende fazer isso, uma vez que a divulgação é praticamente inexistente. Apenas foram

colocados dois pequenos placares, um à entrada da cidade e outro no centro, e na página do município.-----

Citando como exemplo concelhos vizinhos, sublinhou a falta de estratégia do executivo até na promoção.-----

Ainda sobre a freguesia de Marialva, o sr. vereador solicitou que conste da ata o seguinte:-----

"O conjunto do "Castelo de Marialva/Castelo e cerca urbana de Marialva" encontra-se classificado como Monumento Nacional pelo do Decreto n.º 95/78, publicado no Diário da República, I Série, n.º 210, de 12 de setembro.-----

Foi publicado no DR o Anúncio n.º 141/2021, de 29 de Junho, da Direção-Geral do Património Cultural, a proceder à abertura do procedimento de classificação da Aldeia Histórica de Marialva para Conjunto Monumento Nacional.-----

O reconhecimento do valor cultural de um bem através da classificação implica responsabilidades de proteção acrescidas, incluindo uma avaliação rigorosa das propostas de intervenções e obras, que devem pautar-se pela preservação dos elementos que conferem aos bens interesse patrimonial.-----

As intervenções nos bens culturais protegidos, no caso dos bens classificados com os graus "interesse nacional" e "interesse público" e no caso do património arqueológico, obriga a autorização da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) em articulação com as Direções Regionais de Cultura, no caso do concelho da Mêda, a Direção Regional de Cultura do Centro, que devem emitir pareceres sobre trabalhos e intervenções nas zonas de proteção dos imóveis classificados ou em vias de classificação e emitir pareceres sobre estudos, projetos, obras ou intervenções sobre bens classificados como monumento nacional ou interesse público, ou em vias de classificação. Devem também, sempre que necessário, prestar apoio técnico para intervenções ou obras nos bens culturais.-----

Pergunto: as intervenções feitas recentemente pelo Município no Castelo de Marialva, nomeadamente a colocação de um passadiço em ferro junto à porta norte do Castelo e a colocação de saibro junto à porta de Santa Maria, também no Castelo de Marialva, que se prolongou por todo o caminho de acesso ao lugar da Devesa que é um caminho com calçada tardo romana e medieval, foram objeto de parecer prévio da Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC)?-----

Se sim, solicito cópia dos referidos pareceres.-----

Sei também que o referido troço faz parte da Rota PR1 das AHP/Caminhos Históricos, Percursos Pedestres que tem 3,8 kms e passa em vários lugares como a Devesa, Castelo de Marialva, Capela da Sra. da Guia, Fonte da Corredoura.-----

Trata-se de uma rota certificada pelas AHP, divulgada no site desta associação juntamente com várias outras rotas de outras aldeias históricas.-----

Pergunto: pediram previamente parecer à AHP para colocarem o saibro no pavimento?"-----

Tendo em conta que consta da agenda da reunião a proposta de aprovação de um procedimento de contratação do empréstimo para o financiamento de construção do Parque de Inovação, Valorização e Promoção de Produtos Endógenos, recordou que na Sessão Comemorativa do 25 de Abril de 2022, foi celebrado um protocolo com o IPG – Instituto Politécnico da Guarda, com o objetivo de proceder á instalação de uma incubadora denominada “Mêda Investe”.-----

Referindo-se ao teor do protocolo, deu nota que o Município tem por incumbência proporcionar espaços municipais no sentido de apoiar as empresas numa fase inicial, as chamadas *startups*, com o objetivo de apoiar os jovens, as empresas, instigando desta forma à promoção do empreendedorismo e da iniciativa. Na 2ª cláusula do protocolo é ainda referido que o município fica incumbido de designar técnicos do município que ficarão afetos ao projeto.-----

Neste sentido, e uma vez que verifica que o protocolo não foi colocado em prática, perguntou quantos jovens ou empresas já foram apoiados; que iniciativas foram implementadas até hoje no âmbito deste protocolo.-----

Em resposta, o **sr. presidente** informou que o projeto da incubadora já se encontra em fase de conclusão. O espaço escolhido para a acolher foi o edifício mais conhecido por “Casa dos Magistrados”, o qual irá entrar em obras de requalificação.-----

Referindo-se ao protocolo assinado entre o município e o IPG, usou da palavra a **sra. vereadora Carla Sequeira** para dar nota que na passada sexta feira esteve reunida com o Presidente do IPG, Joaquim Brigas, que lhe transmitiu que em breve enviará uma minuta dos estatutos. Espera receber a minuta ainda esta semana.-----

O **sr. vice-presidente César Figueiredo** reportando-se á intervenção do sr. vereador, começou por dizer que o mesmo lhe faz lembrar a RTP memória a falar de um passado,

passado onde nada fizeram e vem agora dizer que nada está a ser feito quando não foram deixados quaisquer alicerces pelo anterior executivo.-----

Reportando-se à referência feita à incubadora “Mêda Investe”, recordou ao sr. vereador que o anterior executivo ficou-se pela sugestão de onde deveria funcionar a incubadora, sendo que neste momento, o projeto já se encontra praticamente concluído.-----

Citou ainda a situação do bairro do Barrocal, um projeto miserável, no qual se limitaram a colocar uma placa de consignação da obra, tendo depois o empreiteiro desistido da obra.-----

Referindo-se à intervenção do sr. vereador sobre Marialva, mais concretamente á colocação de saibro, disse que toda a situação foi explicada, num primeiro momento ao executivo da junta de freguesia e mais tarde aos fregueses, que embora alguns deles não concordando, ficaram esclarecidos.-----

No que diz respeito às questões colocadas pelo sr. vereador sobre o passadiço, deu nota que o projeto foi feito com base num parecer condicionado emitido pela entidade competente, neste caso da Direção Regional de Cultura do Centro – DRCC.-----

Tendo em conta a mobilidade e a segurança de quem visita o castelo de Marialva, esta intervenção torna-se de extrema necessidade. Declarou que a posição do executivo é salvaguardar não só o património cultural do concelho, mas também a mobilidade e segurança de quem nos visita.-----

Relativamente ao *outdoor* no IP2, informou que foi feita uma candidatura que permita que tenha condições para ser ligado à iluminação pública.-----

No que diz respeito à falta de rega dos espaços públicos, deu nota que a planta a que se refere em frente ao edifício do tribunal está seca devido a alguma questão fitossanitária e não por falta de rega.-----

As medidas mitigadoras implementadas no ano passado continuam em vigor, e não vê justificação para que se reguem plantas e jardins com água tratada é com custos para o erário público.-----

Desta forma, a opção do executivo passa por não regar os jardins com água tratada, estando a ser estabilizado um projeto de valorização e reformulação das áreas envolventes às rotundas. Defendeu que as rotundas para além de aprazíveis, têm que ser sustentáveis hidricamente.-----

O evento Marialva Medieval é algo que é para ter continuidade.-----

Quanto aos caminhos rurais, recordou que no mandato 2009/2013 foram perdidos apoios comunitários no valor de 3 milhões de euros. Aproveitou para questionar, tal como fez na altura, como é que o caminho da Cornalheira – Vale do Pereiro foi requalificado através dessa verba mesmo não estando no projeto.-----

Os caminhos prioritários à época são os mesmos de agora, reconhecendo que neste momento não há dinheiro para a sua requalificação, contrariamente ao que aconteceu durante o mandato 2009/2013, altura em que foram comparticipados em 90% por cento.-----

Anotou que o executivo considera como caminhos rurais prioritários, os caminhos de acesso a propriedades vitivinícolas e outras, destacando o acesso a aviários porque semanalmente circulam camiões de grande porte.-----

No seguimento das informações dadas, usou da palavra o **sr. vereador Júlio Félix** aproveitou para perguntar, até porque ficou de dar uma resposta aos moradores de Longroiva, em que ponto é que está a situação da construção de uma ETAR junto à fonte da concelha, recordando que na última reunião solicitou que lhe fosse feito chegar que soluções técnicas foram apresentadas para resolver a questão dos esgotos e quais os prazos previstos para resolver a situação.-----

Em resposta o **sr. vice-presidente César Figueiredo**, recordou ao sr. vereador que a resposta a essas questões foram-lhe dadas na última reunião de câmara.-----

Voltou a intervir o **sr. vereador Júlio Félix** dizendo que pediu que lhe fosse apresentada qual a solução técnica.-----

O **sr. vice-presidente César Figueiredo** informou o sr. vereador que a solução apresentada pelos técnicos é os moradores colocarem uma conduta com um sistema de elevação. Os moradores não estão a anuir com esta solução, não podendo a câmara ficar com a incumbência de fazer uma vala para colocar um sistema de bombagem para o coletor principal.-----

De novo no uso da palavra, o **sr. vereador Júlio Félix** disse que o que foi por ele solicitado foi que fosse estudada e justificada a construção de uma ETAR.-----

Em resposta, o **sr. vice-presidente César Figueiredo** deu nota que a construção de uma ETAR custa entre 300 a 400 mil euros, algo incomportável para o município neste momento.-----

Voltou a usar da palavra o sr. vereador Júlio Félix para solicitar que lhe fosse feito chegar uma cópia do orçamento dos custos da construção de uma ETAR, e instou o executivo a fazer *demarchés* junto da EPAL para que a situação se resolva o mais rápido possível.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria número noventa e sete, de vinte e quatro de maio, de dois mil e vinte e dois, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **2.268.279,59€** (dois milhões duzentos e sessenta e oito mil duzentos e setenta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **209.479,89€** (duzentos e nove mil quatrocentos e setenta e nove euros e oitenta e nove cêntimos).-
A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

ATA DA REUNIÃO DE 12 DE ABRIL:-----

Foi presente para aprovação a ata n.º 07, referente à reunião ordinária desta câmara, do dia 12 de abril de 2023, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.-----
A câmara municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 07/2023, da reunião de Câmara, realizada no dia 12 de abril de 2023.-----

PONTO 1 – 9ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO:-----

Depois de analisar os documentos acima referenciados, a câmara tomou conhecimento da 9ª alteração às Grandes Opções do Plano.-----

PONTO 2 - 10ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO:-----

Depois de analisar os documentos acima referenciados, a câmara tomou conhecimento da 10ª alteração às Grandes Opções do Plano.-----

PONTO 3 - PROPOSTA N.º 27/2023 – APOIO FINANCEIRO AO MOTOCLUBE DE MÊDA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “PEQUENO ALMOÇO MOTARD”:-----

Tendo em conta a Proposta n.º 27/2023, de 23 de maio de 2023, a qual se dá aqui por reproduzida para os devidos e legais efeitos, a câmara municipal deliberou, por unanimidade aprovar a minuta de protocolo de colaboração, anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante, com o objetivo de atribuir um apoio no montante de 1.600,00€ (mil e seiscentos euros), destinado a apoiar o “Pequeno

Almoço Motard”.-----

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de protocolo em anexo à proposta.-----

Deliberou ainda, por unanimidade, conferir poderes ao Presidente de Câmara para outorga do Protocolo.-----

PONTO 4 - PROPOSTA N.º 28/2023 – PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA O FINANCIAMENTO DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE INOVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS ENDÓGENOS:-----

O **sr. presidente** fez a apresentação do documento, começando por dizer que é necessário colocar a Mêda no mapa, e o certame ExpoMêda é a melhor opção, acrescentando que é necessário existir uma feira anual onde os produtores e os empresários do concelho possam expor os seus, atraindo pessoas de todo o país.-----

Deu nota que todos os anos são gastos entre 150 a 200 mil euros em tendas, pelo que o empréstimo em título é uma mais valia.-----

Apontou também como prioridades a execução do caminho dos Cancelos – Santo Amaro, obra que vai custar algo como 700 mil euros.-----

Concluiu dando nota que, neste momento, a capacidade de endividamento do município é elevada.-----

Relativamente ao assunto em título o **sr. vereador Anselmo Sousa** disse que está é uma opção de quem está no poder, a qual respeita, contudo, e apesar de reconhecer que a capacidade de endividamento é elevada, o seu sentido de voto é a abstenção.----

Por sua vez o **sr. vereador Júlio Félix** instou o executivo para que analise o significado de “inovação, valorização e promoção dos produtos endógenos”.-----

Passou a ler o conteúdo do mesmo, destacando que "(...) o município necessita de criar condições para a realização de investimentos prioritários e estruturantes". Neste sentido, perguntou como é que o executivo entende que a construção do parque de inovação, valorização e promoção de produtos endógenos é um investimento estruturante para o concelho, justifiquem; o que é que foi feito até hoje para a valorização dos produtos endógenos do nosso concelho; que iniciativas tiveram; dizem que este parque permite desenvolver um conjunto de atividades ao longo do ano, que atividades são; descrevam-nas; que programa comunitário identificaram para apoiar este tipo de investimento; vão submeter alguma candidatura; qual é o montante de

apoio.-----

Citou o exemplo do protocolo assinado há mais de um ano com o IPG, indagando o que foi feito até hoje. Tendo em conta a resposta dada anteriormente pela sra. vereadora Carla Sequeira depreende que até hoje, nada foi feito. O protocolo tem por objetivo apoiar os jovens e os empresários do concelho, pelo que solicitou que lhe fosse dado um nome de alguém que esteja a ter apoio via "MedalInvest".-----

Contrapondo o **sr. vice-presidente César Figueiredo** disse que a intervenção do sr. vereador Júlio Félix é muito redutora quanto a este projeto.-----

Destacou que o projeto é bem mais amplo que um simples pavilhão. É um centro de inovação e valorização dos produtos endógenos que numa segunda fase terá ancorado um parque com mobilidade e sustentabilidade.-----

Quanto àquilo que o sr. vereador considera de palavrões, o executivo considera que são as terminologias e a adjetivação certa para aquilo que são e os pressupostos do futuro do concelho.-----

Disse que este projeto se enquadra numa estratégia para ser executada durante este mandato. Dentro desta estratégia destacou a necessidade de criar mobilidade nos bairros, principalmente no bairro do barrocal, através da criação de ciclovias e de ecovias que permitam à população fazer as suas caminhadas em segurança, e da recuperação de imóveis, como é o caso do Solar dos Abreus.-----

O parque enquadra-se nesta estratégia, e vai acolher atividades como a ExpoMêda, o mercado semanal e o mercado da terra, por forma a dar mais dignidade aos vendedores, eventos organizados pelas associações do concelho, cooperativas e pelos nossos empresários em nome individual, para a promoção daquilo que é o nosso território.-----

Por tudo isto declarou que esta não é uma despesa, mas sim um investimento, sublinhado que este é o caminho certo a ser percorrido.-----

Atendendo às intervenções feitas, e uma vez que não foi respondido qual o objetivo estratégico da contratualização deste empréstimo, o **sr. vereador Júlio Félix** disse que não aprova a deliberação da proposta descrita na página quatro do documento.-----

Aproveitou para lembrar que este dinheiro, 1 milhão e 700 mil euros, seriam muito mais bem gastos na reparação de edifícios da autarquia, nomeadamente nos dois edifícios contíguos ao edifício da câmara, que estão a cair, na casa da cultura, nas

piscinas municipais, na biblioteca e na unidade termal.-----

Em resposta o **sr. presidente** deu nota que a câmara tem sinalizados 10 projetos em termos de eficiência energética, nos quais se enquadram os edifícios referidos pelo sr. vereador, acrescentando as escolas e os museus.-----

No tocante à requalificação das duas casas contíguas ao edifício da câmara municipal, disse que a mesma vai ser feita através de um contrato programa.-----

A câmara deliberou, por maioria de 3 votos a favor dos eleitos pela Coligação, uma abstenção do sr. vereador Anselmo Sousa, eleito pelo PS e um voto contra do sr. vereador Júlio Félix, eleito pelo PS, autorizar a abertura do procedimento de contratação do Empréstimo para Financiamentos de Investimentos 2023, no valor de 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros), para financiamento da Construção do Parque de Inovação, Valorização e Promoção de Produtos Endógenos;-----

Mais deliberou, por maioria, aprovar o Caderno de Encargos do procedimento, anexo à presente proposta e que aqui se dá por integralmente reproduzida;-----

Deliberou ainda, por maioria, aprovar a lista de entidades a convidar: Caixa Geral de Depósitos, SA, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro e Côa, CRL e Millenium BCP, SA:-----

Mais foi deliberado, por maioria, conceder ao Presidente da Câmara as seguintes competências: autorização para proceder à aprovação do Relatório Preliminar do Procedimento; autorização para proceder à aprovação da minuta do(s) contrato(s) de empréstimo e conferir poderes ao Presidente para nomear o júri do concurso.-----

PONTO 5 – PROPOSTA PARA PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL – RATIFICAR:-----

A câmara municipal ratificou, nos termos do n.º 1 do artigo 164.º e ao abrigo do n.º 1 do artigo 169.º - aplicável por força do citado n.º 1 do artigo 164.º - ambos do Código do Procedimento Administrativo (CPA) o Despacho do Sr. Presidente da Câmara, com o título “Proposta para parecer prévio favorável – Aquisição de serviços para o desempenho de funções equiparadas às de assistente operacional (na área de cozinha), em regime de avença – 24_AD/2023.-----

PONTO 6 – NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA 2ª FEIRA DAS ATIVIDADES DO MUNDO RURAL:-----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as normas de funcionamento da 2ª Feira de Atividades do Mundo Rural.-----

PONTO 7 – AUTO N.º 16 DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CASTELO DE LONGROIVA:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente auto de medição referente aos trabalhos executados no mês de março de 2023 e que correspondem a cerca de 5,25% do valor do total dos trabalhos contratados, no valor de €20.508,96.----

PONTO 8 – AUTO N.º 17 DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CASTELO DE LONGROIVA:-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente auto de medição referente aos trabalhos executados no mês de abril de 2023 e que correspondem a cerca de 5,48% do valor do total dos trabalhos contratados, no valor de €21.403,54.----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e vinte e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Susana Maria Borrego Silva, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

